



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009533-80.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo**
 Requerente: **Sebastião Corradini de Oliveira**
 Requerido: **B2w Viagens e Turismo Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido junto às rés passagens para duas viagens de avião, sem que esses serviços tivessem sido efetivamente utilizados.

Almeja por isso à restituição da quantia em dinheiro despendida a propósito.

A preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada em contestação pela ré **B2W VIAGENS E TURISMO LTDA.** não merece acolhimento.

Com efeito, a sua responsabilidade deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES:**

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, até porque os documentos que instruíram o relato exordial deixam clara a ligação de ambas as rés com os fatos noticiados.

Bem por isso, e para evitar que uma tente transferir à outra a responsabilidade pelo evento, penalizando o autor, reconhece-se sua legitimidade para que figure no polo passivo da relação processual, podendo oportunamente cada ré buscar reciprocamente o que repete de direito de forma regressiva.

Rejeito, pois, a prejudicial arguida.

No mérito, é incontroverso que o autor contratou serviços que não foram utilizados.

Não foi estabelecida dúvida a esse respeito, tendo a ré **VGR LINHAS AÉREAS S/A** destacado na contestação que o reembolso postulado já teria sucedido.

Inexiste prova concreta sobre isso, todavia.

Com efeito, a simples solicitação para cancelamento das cobranças à administradora do cartão de crédito responsável pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

pagamento (fls. 114/115) por si só não evidencia a concretização do reembolso, máxime porque dependente de circunstância (processamento do valor pelo banco emissor – fls. 114/115) que não se positivou implementada.

Por outras palavras, a prova de que o autor recebeu de volta os valores aqui versados não se fez com a segurança que seria de rigor, motivo pelo qual isso não se tem por demonstrado.

Nesse contexto, acolhe-se em parte a pretensão deduzida para que as rés sejam condenadas ao reembolso do que foi gasto pelos serviços não prestados, inclusive como forma de evitar o seu enriquecimento sem causa em detrimento do autor.

O único aspecto em que o pedido não vinga consiste nos gastos do autor para deslocar-se até a cidade de São Paulo (fls. 12).

Não se pode olvidar que a viagem para Caxias do Sul não aconteceu porque o aeroporto daquela localidade estava inoperante, não se interessando o autor pela remarcação dos bilhetes (fl. 10).

Em consequência, a responsabilidade das rés circunscreve-se aos serviços que se comprometeram a prestar, aí não incluído o transporte do autor para São Paulo.

Bem por isso, do valor pleiteado haverá de ser subtraído o montante de R\$ 99,30.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 1.221,18, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA